

preludia com uma entrevista à antropóloga mexicana Jacinta Palerm Viqueira, neta de Jacinta Landa Vaz, e estrutura-se em quatro partes diferenciadas com um mesmo baixo contínuo: a voz que canta e merece uma atenta escuta.

Um primeiro percurso transfere-nos pelos itinerários vitais de Jacinta Landa Vaz, *Canções para uma viagem*; prossegue um aprofundamento nos diversos registos sonoros empregados por Jacinta: vinis, cassetes, o suporte das cassetes e o que as gravações contêm; para passar ao estudo minucioso do repertório galego, português, e estremenho que Jacinta Landa Vaz grava; finalmente, mostra-se o conjunto das partituras que refletem o que pode escutar-se no CD que acompanha ao livro, entre as que cumpre destacar as três peças compostas pelo João Vicente Viqueira (duas das composições sobre poemas de Rosália de Castro, e uma, a *Canção de berço*, com letra e música própria).

O valioso material que contém a obra resulta de amplo interesse para a história da educação, porquanto realiza uma interessante abordagem ao conhecimento desta mestra republicana¹³ e, igualmente, fundamental para a história da música galega, para a etnomusicologia, para o reconhecimento musical de Vicente Viqueira e, ainda, para a sua aplicação didática.

¹³ Somando-se a trabalhos recentes como, entre outros: Sánchez de Madariaga, E. (Ed.) (2012). *Las maestras de la República*. Madrid: Catarata; Pozo Andrés, M. M. (2013). *Justa Freire o la pasión de educar. Biografía de una maestra atrapada en la historia de España (1986-1965)*. Barcelona: Octaedro; Porto Ucha, A.S. e Vázquez Ramil, R. (2015). *María de Maeztu. Una antología de textos*. Madrid: Dykinson.

Baixo do branco luar
logo adormecem as flores;
entre as folhinhas repousam
os pássaros voadores.
Dorme, amor dos meus amores.
Nas ponlas dos amieiros,
toleirao, devagarinho,
vai dizendo uma cantiga,
p'ra te arrolar, o ventinho.
Dorme, dorme, meu menino.

Cantar de berce.
João VICENTE VIQUEIRA

Uxía BOLAÑO AMIGO
USC

NUNO MARTINS FERREIRA, ANTÓNIA ESTRELA, BIANOR VALENTE & RUI COVELO (Coord.), *O Edifício da Escola Superior de Educação de Lisboa: 100 anos a formar professores (1916-2016). Ciclo de Conferências.* (Lisboa: CIED -Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais/Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Lisboa, 2018).

A publicação insere-se num ciclo comemorativo que resulta da preocupação de “salvaguarda, preservação e difusão do espólio didático-científico” (p. 7) da Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx) enquadrada, desde 2010, pelo projeto *Memória e Identidade: Investigação e Salvaguarda do Património Histórico da ESELx*. No momento da comemoração do centenário do lançamento da primeira pedra do edifício da ESELx iniciou-se um ciclo de conferências das quais, quatro, são aqui publicadas, precedidas pela apresentação de Nuno Ferreira e dos discursos dos presidentes do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) e da ESELx.

O discurso de Cristina Loureiro, presidente da ESELx, em certa medida, projeta-

-nos para uma escola como uma outra, ao desejar mudança de nome da instituição – Escola Superior de Educação e Artes –, ao explicitar uma intervenção de conservação nos edifícios, enfim, a sua remodelação, e ao desejar que a ESELx se atualize numa instituição promotora do “desenvolvimento individual e social” consubstanciando o que identificou como os propósitos e as propostas do movimento da Escola Nova. A acontecer, ou quando acontecer, será a *quarta instituição* a ocupar o espaço e o edifício na quinta de Marrocos, em Benfica, que inicialmente acolheu a Escola Normal Primária, depois hospedou a Escola do Magistério Primário de Lisboa e, atualmente, é património da ESELx. Um edifício que recentemente celebrou um século de existência, mas que já acomodou diferentes instituições. Constatação que se limita a confirmar a reconhecida versatilidade dos edifícios-escola. Os prédios da escola, para usar uma expressão do português do Brasil, têm, habitualmente, média ou longa duração e são muitas vezes sujeitos a várias ações de reciclagem, contudo o essencial dos seus programas arquitetónicos originais não sofre qualquer alteração.

O edifício e a sua localização a par das suas origens, os propósitos ou motivações, os seus destinatários (e. g., idade cronológica, origens socioeconómicas e/ou culturais), a presença de culturas e um conjunto de valores distintos, enfim, poderemos identificar um conjunto de peculiaridades que os autores aqui exploram e que conferem sempre características distintivas a cada escola. A ESELx enquadra-se na tradição da institucionalização do ensino normal primário em Portugal que remonta, com segurança, a 1862. Reconhecendo que são substantivamente diferentes entre

si, seja pelo período estudado ou pela escala de análise, seja pela(s) perspetiva(s) adotada(s) ou pelas fontes convocadas, as conferências aqui reproduzidas não deixam de contribuir, genericamente, para a compreensão da formação de professores em Portugal e, especialmente, para o entendimento da Escola Normal Primária de Lisboa (ENPL) e da Escola do Magistério Primário Lisboa (EMPL) como instituições educacionais de formação conservando, necessariamente, um significativo grau de diferenciação das instituições educativas suas contemporâneas. Diversidades que configuram marca de cultura própria já que se estas instituições educativas constituíam veículos de transmissão de cultura escolar, nem por isso deixavam de ser produtoras de culturas, como qualquer dos textos bem ilustra, o que, necessariamente, lhes conferia identidade(s) própria(s). A leitura deste conjunto de textos convoca-nos para refletirmos sobre a ENPL e a EMPL como realidade(s) dentro de outra(s) realidade(s), concitadas, à escala nacional (e internacional), a uma norma política e a uma estrutura educativa, atualizando-se na relação dialética entre a liberdade e autonomia dos seus atores, na fidelidade aos seus objetivos, e a norma e a estrutura, configurando um espaço de emergência de *infidelidades normativas* e de construções identitárias.

As conferências da autoria de Carlos Manique da Silva e de Maria João Mogarro centram-se, lato sensu, sobre o período republicano, focalizando-se na ENPL. Extravasando o período de existência desta instituição, por opção metodológica, os dois textos remontam a sua análise a finais do século XIX e inícios do século XX. Atravessam, estes textos, as generosas intenções republicanas e o desengano

em que se constituíram as realidades da Primeira República Portuguesa. A comparação da retórica republicana em dotar o país com edifícios escolares condignos, com o seu índice de realização salda-se no reconhecimento, por Manique da Silva, da incapacidade do Estado não só em dotar o país desses edifícios escolares condignos, como nem sequer conseguiu concretizar a ideia, definida em 1918, de edificar escolas primárias segundo um projeto-tipo. De igual modo, João Mogarro sublinha as dificuldades experimentadas em reformar as escolas normais primárias, como se induz do facto de só em 1919 se concretizarem as “escolas verdadeiramente novas e republicanas” e foi já na década de 20 que se “formaram os professores verdadeiramente republicanos quando o regime caminhava inexoravelmente para o fim” (p. 71). *Naturalmente*, o vetusto edifício de Benfica está presente na reflexão de ambos os autores, objeto de análise e descrição detalhada em Carlos Manique da Silva, dedicando uma reflexão sobre a opção pela monumentalidade do edifício-escola, traduzida em Maria João Mogarro por “palácio da educação” (p. 40), salientando, a professora do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, a natureza de complexo educativo dado que, além do *palácio*, existiam as escolas anexas de aplicação, bem como um conjunto de dependências distribuídas pela estrada da Luz.

Em *Um símbolo da vontade republicana de reformar o ensino normal: o edifício da Escola Normal Primária de Lisboa*, Carlos Manique da Silva discorre sobre a “florescência de fundações e melhoramentos escolares” destacando permanências – e. g., a utilização de projetos do século XIX para a construção de escolas depois de

1910 – e as novas ideias, e. g. a educação estética da criança. Convoca o pensamento e ação de Raul Lino e o caso da Escola Primária de Alcântara (1915) como exemplo da compreensão da arquitetura escolar enquanto fator de mudança, a par da preocupação com o bem-estar físico e mental da criança. No olhar que nos abre sobre o edifício de Benfica, pondera a escolha de Adães Bermudes e as suas opções, discute a localização em Benfica à luz do móbil higienista e realiza uma análise descritiva do programa arquitetónico, destacando as opções de orientação, o seu apetrechamento – e. g. laboratórios, salas de desenho, oficinas ou ginásio – e as condições para um ensino de feição “profissional, experimental e prática aconselhada pela moderna pedagogia” (p. 34), sem perder de vista, contudo, o grau de desadequação do conjunto arquitetónico às novas ideias.

Maria João Mogarro transporta-nos, em *A Escola Normal Primária de Lisboa e a formação de professores: percursos, identidade e afirmação sob o signo da pedagogia republicana da Educação Nova*, ao âmago da história do ensino normal primário em Lisboa. Mobilizando um conjunto vasto de fontes, primárias e secundárias, de natureza diversa, convoca-nos para uma reflexão sobre o ensino normal – desde a sua institucionalização, em 1862 –, em geral, e a ENPL, em particular. A sua aproximação ao objeto de estudo centra-se em cinco tópicos: o percurso da instituição, os alunos e a frequência do ensino normal – de salientar, para além da análise socioeconómica e cultural do corpo discente, a definitiva feminização dos destinatários do ensino normal primário –, os planos de estudo, os atores – autores de manuais, diretores e professores considerados re-

levantes – e as festividades do calendário escolar. Os tópicos e a análise realizada sugerem-nos uma vasta reflexão sobre o ensino normal primário em Portugal e a sua história, remetendo-nos para a possibilidade de análises a diferentes níveis, desde uma abordagem macro de aproximação a uma história (mais) serial, a recortes orientados, por exemplo, para o estudo de cada uma das instituições referenciadas ao longo do texto, num período em que a importância atribuída ao ensino normal primário e o significado da Escola Normal Primária de Lisboa pode ser medido pela assídua presença dos presidentes da República nas festividades da referida escola – e. g., Bernardino Machado, Manuel de Arriaga ou António José de Almeida.

As conferências de Joaquim Pintassilgo e Fernando Humberto Serra centram-se na Escola do Magistério Primário de Lisboa, contudo, apesar da aparência, reforçada pela utilização do mesmo edifício, estamos, na realidade, perante instituições (muito) diferentes. Separa-as o contexto e as circunstâncias. Do Estado Novo para a crise revolucionária – de abril de 1974 à publicação da Constituição, em 1976 – e o período de normalização, a formação social portuguesa alterou-se profundamente, transformações que, para além da envolvimento social, se traduziram em novo(s) mandato(s) para a educação e novos objetivos (e conteúdos) para a formação de professores do ensino primário. De resto, como resulta do estudo de Fernando Humberto Serra, em dado momento, até os destinatários da formação são outros. Não se estranha, por isso, que a escolha das fontes e as opções metodológicas traduzam perspectivas e propósitos diferentes na construção do objeto de estudo, ainda que

isso resulte apenas da exclusiva opção dos autores.

Joaquim Pintassilgo, com *A Escola do Magistério Primário de Lisboa durante o Estado Novo: atores, currículo, pedagogia*, mobiliza, como fontes, os manuais das disciplinas de “Pedagogia e Didática Geral” e de “Didática Especial” onde analisa o pensamento pedagógico e didático dos professores – autores de manuais – da EMPL, no período do Estado Novo e, por consequência, produz uma aproximação à formação, nestes domínios, dos professores do ensino primário. Este estudo transporta-nos para as dinâmicas de mudança e permanência, especialmente nos campos da pedagogia e da didática no quadro da formação de professores do ensino primário, onde se compaginam nacionalismo, catolicismo e uma certa leitura da Educação Nova. A análise, realizada por Joaquim Pintassilgo, desemboca numa pedagogia e numa didática caldeada nos valores do ideal católico de educação integral incorporando o “essencial das propostas metodológicas da Educação Nova” (p. 99), naturalmente despida do projeto societal que lhe tinha estado associado até ao segundo lustro da década de 20 do século XX, traduzindo-se na recusa de todas as ideias contrárias às orientações do Estado Novo – e. g., o laicismo, a coeducação ou a escola única.

Educação e poder em tempos de revolução e contra-revolução. O caso da Escola do Magistério, situa-se no esforço geral de compreensão histórica e sociológica da “relação entre a formação de professores e o poder político do pós-25 de abril de 1974” (p. 102) e, em particular, dos seus efeitos na EMPLx. Fernando Humberto Serra ensaia a caracterização da conjuntura política no

sentido de clarificar os aspetos mais significativos da política educativa no período da crise revolucionária e início da normalização – de abril de 1974 e julho de 1978 –, incidindo a sua análise no ensino primário e no que define como o conflito discursivo, na arena da educação, entre uma educação centrada na criança e uma educação progressista, i. é, entre o modelo da Escola Nova e o modelo da escola progressista. Na história da EMPL, mobilizando fontes primárias e secundárias – desde o recurso ao arquivo da EMPL às publicações periódicas –, o autor define dois períodos de análise, o da experiência das “experiências pedagógicas” e de fabricação do professor pedagogo social e, por outro lado, o da normalização. Levando em consideração a (quase) ausência de autonomia da EMPL, o autor transporta os tempos da “conjuntura sociopolítica” para a leitura da “dinâmica local de formação de

professores” (p. 124), centrando a sua abordagem na orientação político-estratégica local e na análise científico-pedagógica.

Estamos, como se pode depreender do que explanámos, perante um conjunto de textos que possibilitam uma perspetiva diacrónica sobre a formação de professores do ensino primário em Portugal, a partir do viés das instituições de ensino normal primário de Lisboa, sem prejuízo, se for essa a opção, de uma leitura sincrónica focada num dos momentos-chave do ensino normal primário em Portugal. De igual modo, estou em crer, que a sua leitura poderá ser interessante e reveladora para quem se encontre mais seduzido pelos domínios da história regional e local.

Luís MOTA
(IPC, ESE | GRUPOEDE, CEIS20, UC)